



Programa de formação permanente

Ordem dos Agostinianos Recoletos

4. A comunidade na Regra



SETE MANDAMENTOS AGOSTINIANOS PARA VIVER EM COMUNIDADE.

RELEITURA DA REGRA DE SANTO AGOSTINHO NO CONTEXTO DE REVITALIZAÇÃO DA ORDEM

INTRODUÇÃO

O processo de revitalização que nós, como agostinianos recoletos, estamos vivendo compromete diretamente a nossa identidade. De diversas maneiras, escutamos o eco que nos convida a pensar, não tanto no que “fazemos”, mas antes em “quem somos”. O maior perigo que a vida consagrada enfrenta hoje não é a incapacidade de assumir os conselhos evangélicos, mas a incerteza sobre a maneira de viver e de atualizar a espiritualidade de cada fundador de modo a torná-la significativa para as gerações presentes e futuras. Por conseguinte, se não soubermos dar razão da essência da nossa espiritualidade agostiniana, correremos o risco de procurar paliativos temporários que, mais cedo ou mais tarde, deixarão

como legado apenas experiências individuais e isoladas que desdizem do nosso princípio carismático integrador.

O agostiniano recoleto é um homem para a comunidade, não para si mesmo. Tem uma grande capacidade de amar que lhe permite difundir apostolicamente a graça de Cristo. Isso não seria possível sem conquistar o ideal de ter ‘uma só alma e um só coração dirigidos a Deus’¹, pois assim como nada podemos fazer separados de Cristo (cf. Jo 15, 5), de igual maneira, sem a “comunidade”, a nossa identidade perde sentido. Estas linhas dedicam-se, por isso, ao reconhecimento de que somos essencialmente “comunidade” e não religiosos autossuficientes a procurar, cada um, a sua própria salvação.

O ideal carismático plasmado na *Regra* de Santo Agostinho constitui fiel reflexo dessa necessidade e não pode ver-se como uma quimera, mas como uma experiência vital que desafia e interpela o caminho de renovação que se vem suscitando em toda a Ordem. Desse modo, a proposta de sete mandamentos para viver em comunidade pode ser um ponto de partida no momento de refletir sobre a nossa identidade fraterna. Ditos mandamentos não diferem daquilo que Santo Agostinho propôs às primeiras comunidades monásticas e que hoje continua válido, com uma profunda incidência em nossa consagração.

I. A COMUNIDADE

1. A experiência do Ressuscitado cria comunidade

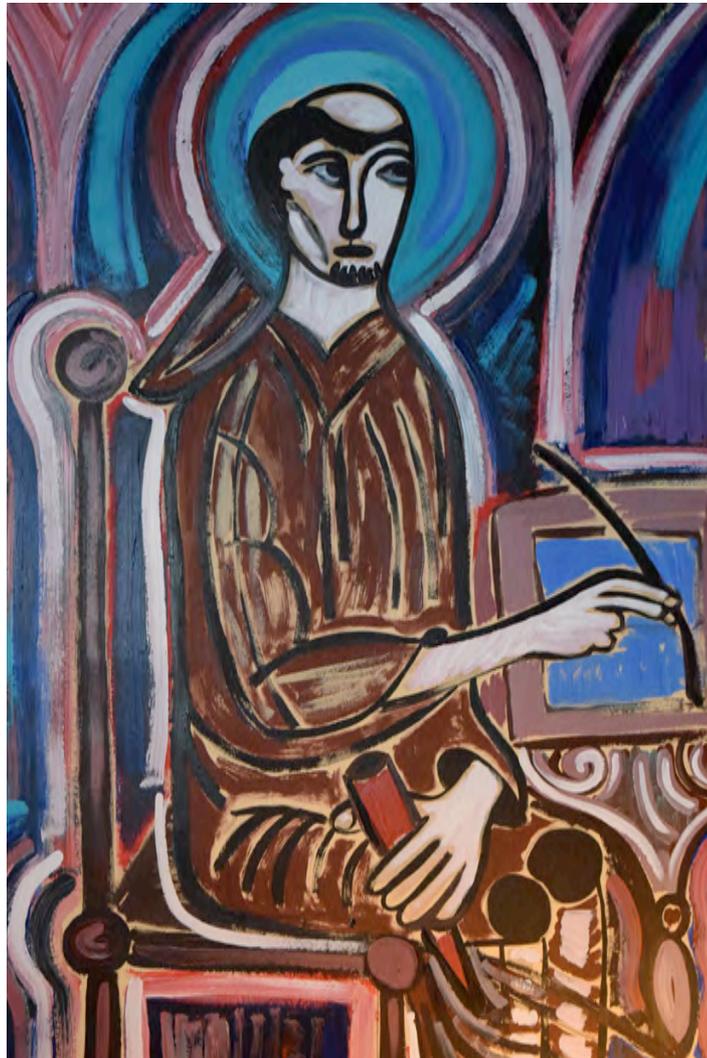
Depois da morte de Jesus, os Apóstolos estavam com as portas “fechadas, por medo dos judeus” (Jo 20, 19). À tristeza e àquela solidão desconcertante pela partida do mestre, juntava-se um sentimento de divisão e de dispersão interior que não lhes permitia compreender o que se passava. O evento da Ressurreição foi, contudo, o que provocou a mais inexplicável alegria, que os levaria a transformar-se em ‘uma só alma e um só coração’.

Com essa convicção, os primeiros cristãos sentiam-se chamados e “eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos Apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações” (At 2, 42). Compreenderam que não eram apenas um grupo de amigos, mas que o mistério da cruz dissipava a sua divisão interior, e que Jesus Cristo fundamenta a necessidade que os fiéis têm uns dos outros, pois só n’Ele é que a comunhão se faz possível.

A “comunidade” é a fraternidade daqueles que, pela fé, acolhem a graça divina. Os Apóstolos sentiram-se responsáveis por propagar e tornar realidade o seguimento de Cristo através da vida comunitária, sendo tal seguimento o núcleo

¹ reg. I, 2. A partir de agora, incluirei no texto as referências à *Regra*.

particular que levou muitos santos e mestres a promover uma experiência profunda de amor a Deus e ao próximo com a mais variada e preciosa multiplicidade de carismas. A história da espiritualidade no-lo dá a conhecer, em momentos-chave da vida da Igreja. Assim aconteceu com o carisma agostiniano.



2. Itinerário agostiniano até o conceito de comunidade

O grande período monástico começara no Egito com São Paulo eremita (228-330) e Santo Antão (251-356). Posteriormente, São Pacômio (292-348) e São Basílio (330-379) introduziram algumas mudanças que originaram o modelo cenobita de monacato. Ainda que os monges estivessem apartados do mundo e entregues a uma observância contemplativa, passaram a viver em “comunidade” e exerciam um apostolado baseado na direção espiritual. Assim como eles imprimiram um distintivo em suas comunidades, Santo Agostinho de Hipona

(354-430) daria também uma característica particular à comunidade monástica que se foi formando ao redor de sua própria experiência. Podem-se vislumbrar quatro momentos importantes na mesma:

a) Santo Agostinho, em sua juventude, arrastado pela avidez dos sentidos e das paixões, tinha-se afastado de Deus até que, por fim, chegou a compreender a inquietude que o movia interiormente. Como ocorrera com São Basílio, São Jerônimo e outros monges, ele manteve unidas as decisões de receber o Batismo e tornar-se monge, propósito que foi tomando forma quando leu a *Vida de Santo Antão*, que “sendo inculto, tomou de assalto o reino do céu, enquanto nós, com nosso saber insensato, nos debatemos na carne e no sangue”².

b) Apesar da extraordinária admiração pela vida de Antão, Agostinho nunca pensou em retirar-se para longe dos homens, mas tudo o inclinava em direção à vida fraterna e comunitária. “Na paz idílica do campo, em companhia de amigos diletos e amáveis discípulos, levaria uma existência dedicada à investigação da verdade e às disquisições filosófico-literárias que tanto lhe compraziam”³. Tudo começou no inverno de 386-387, em Cassiciaco, quinta situada nos arrabaldes de Milão, em que um grupo de amigos levava uma vida piedosa, casta e frugal, desapegada das riquezas e das honrarias do mundo. Mesmo assim, não foi senão até depois da recepção do Batismo, em Milão, que, ao passar por Roma na viagem de regresso à África, ele se interessaria muito especialmente pela vida comum.

c) Uma vez chegado à África, em companhia de seu filho Adeodato e de seus amigos Alípio, Evódio, Luciniano e também de seu discípulo e biógrafo Possídio, “vivia para Deus em jejuns, orações e boas obras, meditando dia e noite na lei do Senhor”⁴. O propósito do Santo consistia em formar gradualmente o grupo dos companheiros que com ele viviam, até convertê-lo numa verdadeira comunidade, conforme os modelos que conhecera em Milão e em Roma.

d) As circunstâncias e o seu desejo interior da vida comunitária levá-lo-iam a Hipona, onde o curso de sua vida muda inesperadamente. A instâncias do povo fiel, o Bispo Valério ordenou-o sacerdote e confiou-lhe o ministério pastoral, mas, além disso, ofereceu-lhe um horto situado nos terrenos da Igreja⁵, em que ele começaria a levantar seu mosteiro e a viver com os irmãos que paulatinamente se iam somando. Possídio escreve que a característica fundamental dessa fundação em Hipona, era “o modo de vida e a regra dos santos Apóstolos. Ninguém devia possuir algo de próprio naquela comunidade, mas tudo lhes deveria ser comum”⁶.

² Cf. *conf.* VIII, 6, 14; 8, 19.

³ G. M. Colombás, *El monacato primitivo*, BAC, Madrid 1998, 276.

⁴ *Vita* 3.

⁵ Cf. G. M. Colombás, *El monacato...* 278.

⁶ *Vita* 5.

Os dois grandes eixos da vida monástica, eremitismo⁷ e cenobitismo⁸, repercutiram em Agostinho de uma forma decisiva, antes e depois da sua conversão. Nunca seria seduzido, porém, pelo ideal dos eremitas ou anacoretas⁹. Quando a fraternidade agostiniana é identificada com o *cenobitismo*, faz-se referência à vida de comunhão, de estreita união de pensamentos, sentimentos e costumes. O cenóbio não tem outra preocupação que a vida comum perfeita, que era o distintivo dos irmãos e o que de mais original sobressaía em seu fundador.

II. A REGRA

1. A Regra de Santo Agostinho em chave comunitária

Vale a pena perguntar-nos como Santo Agostinho e tantos padres espirituais fizeram para consignar esse ideal que os movia interiormente e que se refletia na realidade. De fato, desde os alvares da história monástica, a autêntica norma de vida sempre foi a Sagrada Escritura. Os pais do monacato primitivo não pretendiam formular uma espiritualidade monástica como tal, só buscavam a espiritualidade cristã perfeita que se encontra no Evangelho.

O fervor carismático, entretanto, avivou-se em muitos lugares e em diversas comunidades de monges, a ponto de seus fundadores se verem em necessidade de pôr-se a escrever pequenas coleções de normas baseadas na Escritura, que respondiam fielmente às moções do Espírito Santo. Destarte, formaram-se as *Regras de vida monástica*.

A *Regra* era o reflexo da doutrina e da vivência de um guia espiritual dirigida a uma comunidade. Representava a genuína expressão escrita daquilo que deviam observar em comunhão os que aspiravam à perfeição cristã. A *Regra de Santo Agostinho* esclarece, desde o começo, que o primeiro motivo pelo qual os irmãos se acham congregados é “para que habitem unânimes na casa e tenham uma só alma e um só coração dirigidos a Deus” (I, 2).

⁷ Do grego *eremos*, ‘solitário’. É o estado de quem se separa de todo consórcio humano e vive apartado, em localidades isoladas: desertos, lagoas, bosques etc., contentando-se apenas com o necessário para viver: pão, água, ervas e frutos, para dedicar-se unicamente à contemplação de Deus (cf. E. Ancilli, *Diccionario de espiritualidad*, vol. I, Herder, Barcelona 1983, 705).

⁸ No mundo cristão, essa tendência, impulsionada pelos escritos dos primeiros padres, levou à formação de núcleos de ascetas e de virgens que praticavam o ideal religioso no âmbito doméstico. Os motivos espirituais mais frequentes derivavam do desejo de continuar o fervor da primitiva comunidade hierosolimitana (cf. E. Ancilli, *Diccionario*... 380).

⁹ A secessão (*anachóresis*) é o desejo de obter a própria salvação longe do mundo corrompido e corruptor. Eis a base da ascese monástica. Nos *Apotegmas*, lemos de Arsênio: “Foge dos homens e salvar-te-ás”. São Jerônimo foi um incansável defensor da ascese monástica (cf. G. M. Colombás, *El monacato*... 488).

Embora esse ideal seja amplamente conhecido, originou uma longa tradição manuscrita e oral que, até hoje, suscita importantes questionamentos e desperta novos desejos de investigação para esclarecer o ‘problema da *Regra*’. Com grande probabilidade, entre as regras monásticas nenhuma encontrou, ao longo dos séculos, tantas reflexões, explicações e comparações como a de Santo Agostinho. Entre outras razões, porque a crítica histórica levantou sérias dúvidas a seu respeito, não só entre os peritos da agustinologia, mas também entre os investigadores da espiritualidade monástica em general.

A questão que ora nos interessa não é a de uma análise crítica do texto regular agostiniano, e sim a de descobrir a experiência genuína de uma “comunidade de irmãos” consolidada há mais de mil e seiscentos anos, para trazê-la ao presente e conjugá-la com as novas expressões de vida comunitária das famílias religiosas herdeiras do patrimônio espiritual de Santo Agostinho, especialmente da Recoleção.

2. A comunidade agostiniana por trás da *Regra*

André Manrique diz que, no princípio, o mosteiro de Hipona se compunha de alguns amigos trazidos de Tagaste, mas, em seguida, começariam a ingressar outros homens, das mais diversas classes sociais: “antigos funcionários e escravos, gente de humilde condição, ricos e senadores, todo homem de boa vontade”¹⁰. Isso poderia explicar-nos por que Santo Agostinho consigna, na *Regra*, algumas observações referentes aos monges de origem humilde e aos de classes superiores: “Não venha a ocorrer a detestável perversidade de os pobres se fazerem delicados no mosteiro, onde os ricos se fazem, enquanto o podem, mortificados” (III, 4).

No tocante à organização da vida diária, os irmãos reuniam-se nas horas estabelecidas para a oração comunitária, repartiam depois o trabalho, dedicavam-se à leitura e às conferências espirituais¹¹. Todos comiam num mesmo refeitório, normalmente uma vez por dia, a menos que alguém não pudesse jejuar por causa da idade ou da doença: “Quando alguém não puder jejuar, nem por isso tome outro alimento fora da refeição do meio dia, a menos que esteja doente” (III, 1). Os monges traziam os cabelos curtos, conforme o costume geral, e o hábito que recebiam do vestuário comum não era de todo uniforme nem se distinguia demais do trajar ordinário das pessoas: “Não seja chamativo o vosso hábito, nem tenhais o desejo de agradar com as vestes, mas sim com os costumes” (IV, 1).

¹⁰ A. Manrique, *La vida monástica en san Agustín. Enchiridion histórico, doctrinal y regla*, El Escorial - Salamanca 1959, 78.

¹¹ Cf. G. Colombás, *El monacato...* 285.

Essa forma de viver do mosteiro de Hipona era comum às fundações monásticas agostinianas. Todos os que a assumiram submetiam-se à renúncia total de seus bens e à estrita observância comunitária. Muitos monges abraçaram esse particular estilo de vida, que paulatinamente começou a expandir-se. Alípio em Tagaste, Evódio em Uzala, Severo em Mileve, Fortunato em Constantina, Possídio em Calama e outras fundações de monges, virgens e clérigos.

3. O ideal comunitário agostiniano

Podemos encontrar o ideal monástico de Santo Agostinho disseminado por sua volumosa obra. Dentre os principais textos que o revelam aparecem: *De opere monachorum* (*O trabalho dos monges*), *De sancta virginitate* (*A virgindade consagrada*), as *Epístolas 210-211*, além dos *Sermões 355-356*, centrados no tema da pobreza e da vida comum dos clérigos¹². Quisera ressaltar uma passagem da obra *Os costumes da Igreja católica*, em que o Santo descreve o impacto que lhe produzira a forma de vida dos monges em Milão:

Eu vi, em Milão, um abrigo de homens santos, e não poucos, à frente dos quais se achava um presbítero, varão excelente e mui douto. Em Roma, também, conheci muitos, nos quais os que se distinguem pela autoridade, pela prudência e pela divina ciência presidem os que habitam consigo, vivendo todos em caridade cristã, santidade e liberdade. E não se fazem eles pesados a quem quer que seja, mas se sustentam, conforme o costume oriental e a autoridade do apóstolo Paulo, com o trabalho das próprias mãos. Aprendi que muitos deles praticam jejuns verdadeiramente incríveis, não de forma cotidiana, alimentando uma única vez o corpo ao cair da noite, costume muito em voga em diversos lugares, mas, com muita frequência, passam três ou mais dias seguidos sem comida nem bebida. E isso se observa não somente entre homens, como também entre mulheres¹³.

A paixão suscitada nele por essa forma de vida faria com que Santo Agostinho cristalizasse um ideal que se deixa ver na *Regra*:

Eis o que mandamos que observeis os que vos reunistes no mosteiro. O primeiro pelo qual vos congregastes em comunidade é para que habiteis unânimes na casa, e tenhais uma só alma e um só coração dirigidos a Deus. E não digais que algo é próprio, mas que tudo seja comum. A cada um de vós, sejam distribuídos por vosso prepósito o alimento e o vestuário, não a todos por igual, pois não gozais todos da mesma saúde, e sim a cada um conforme precisar. Com efeito, assim ledes nos Atos dos Apóstolos: ‘tudo entre eles era posto em comum e, depois, era distribuído conforme a necessidade de cada um’ (At 4, 32 e 35) (I, 1-3).

O ideal de ser “um só em Deus” é expresso mediante duas facetas da vida monástica, a saber: ser uma comunidade de bens e uma comunidade de amor. Para além dos bens materiais, Santo Agostinho insiste no espírito de pobreza que deve conduzir a um desprendimento do próprio e a uma maior preocupação pelo bem comum¹⁴, pois tudo é de todos como o é Cristo. Esse mesmo desejo leva

¹² Pobreza e vida comum são os dois pilares inamovíveis do ideal monástico agostiniano. Todos e cada um dos membros que ingressam na comunidade devem renunciar necessariamente a seus bens pessoais. A pobreza é, antes de tudo, uma virtude social, baseada na vida comum e cujo resultado é o amor fraterno (cf. A. Manrique, *La vida monástica...* 81).

¹³ *mor.* I, 33, 70.

¹⁴ Cf. A. Zumkeller, *The rule of saint Augustine, introduction and commentary*, De Pere, Wisconsin 1961, 95.

necessariamente a um ato de entrega total à comunidade, que se mantém unida pelo amor que procede de Deus. Por conseguinte, refletiremos sobre a excelência da caridade e sobre a maneira como ela pode ser expressa comunitariamente.



III. SETE MANDAMENTOS

A edição da *Regra* feita por Luc Verheijen, amplamente aceita não só pelos estudiosos da crítica agostiniana, como também pelas atuais comunidades religiosas que adotaram esse modo de vida, apresenta um esquema organizado em oito capítulos, ou melhor, em sete capítulos e uma exortação conclusiva. Os trabalhos modernos em torno ao texto regular seguiram duas tendências principais: a crítica e a alegórica¹⁵. A tendência crítica ocupa-se de analisar o problema histórico da *Regra*, seus manuscritos, versões e edições. A formulação alegórica, por sua vez, permite trazer o texto regular ao presente e aplicá-lo em diversos contextos.

¹⁵ *Alegoria*. Do latim *allegoria*. Figura retórica com que se comunica uma realidade através da qual o receptor pode entender outra. Mediante a alegoria um objeto material é apresentado ao espírito humano de forma pictórica, com o fim de facilitar a compreensão de verdades imateriais (cf. F. Lacueva, *Diccionario teológico ilustrado*, Clie, Barcelona 2001, 39).

A *Regra* não pode, entretanto, acomodar-se literalmente à realidade hodierna, já que alguns de seus preceitos remontam à tradição histórica e à situação peculiar do mosteiro ao qual Santo Agostinho a dirigiu. Por exemplo: “Mantende em comum as vossas vestes, sob o cuidado de um ou dois, ou dos que bastarem para sacudi-las” (V, 1); ou “não se dirijam aos banhos públicos, ou aonde for preciso ir, menos que dois ou três juntos” (V, 7).

Isso não redundaria em prejuízo das reflexões atuais nem resta importância ao espírito da *Regra*. Muito pelo contrário: a proposta comunitária que ela apresenta sustenta-se na mais genuína experiência apostólica, e pode aplicar-se e propor-se a todos os modelos de vida consagrada, uma vez que se fundamenta no próprio Evangelho. Tampouco podemos cair no equívoco de elaborar exageradas interpretações, pondo na boca de Santo Agostinho o que provavelmente nunca terá querido dizer. Trata-se, antes, de que nos situemos em seu contexto e no conjunto de suas obras monásticas, para descobrir o itinerário que traçou e que muitos quiseram seguir.

Inúmeros autores, sobretudo da família agostiniana, têm reconhecido na *Regra* muito mais que um simples conteúdo doutrinal. Por exemplo, A. Le Proust (1697) destacou nela duas grandes partes, o tratado do amor a Deus e o do amor ao próximo; L. Verheijen (1967) expõe os temas do jejum, da emenda, da excomunhão, do pecado e sua terapia, da saúde física e do ofício divino; T. Van Bavel (1984) prefere um elenco de temas de acordo com os capítulos principais do texto: o ideal básico, a oração, o cuidado do corpo, a responsabilidade, o serviço, o amor ao próximo e a autoridade e obediência.

Fazer uma leitura da *Regra* de Santo Agostinho no contexto da revitalização da Ordem não implica formular novas normas a cumprir, mas tampouco se pode desconhecer que nela se encontra o mais genuíno da espiritualidade agostiniana. Por isso, com a expressão ‘sete mandamentos agostinianos’, passo a apresentar a essência de nossa espiritualidade fraterna com um método bem conhecido e aplicado por Santo Agostinho em algumas de suas obras que dizem respeito a algum ‘setenário’: *Questões sobre o Heptateuco*, *Locuções sobre o Heptateuco* e o *Sermão da montanha*. As três fazem parte do conjunto das obras exegéticas do Santo. Sabemos que, de acordo com a teologia bíblica, o número *sete* designa tradicionalmente uma série completa, e é uma cifra de perfeição que se aplica a um contexto sagrado¹⁶. Não à toa a tradição eclesial nos transmitiu *sete* sacramentos que reúnem o itinerário da vida cristã. Por tal motivo, esses mandamentos não encerram as nossas possibilidades, mas abrem um caminho de vida fraterna que permite exalar o bom perfume de Cristo com nossa convivência

¹⁶ Cf. X. León-Dufour, *Vocabulario de teología bíblica*, Herder, Barcelona 1965, 531.

exemplar, não como escravos submetidos à lei, mas com a liberdade dos constituídos em graça (VIII, 1). Ditos mandamentos seriam:

- 1) Amar a comunidade.
- 2) Orar com os lábios e com o coração.
- 3) Dar a cada um o necessário.
- 4) Ser responsável pelo irmão.
- 5) Servir os demais procurando sempre o bem comum.
- 6) Perdoar sinceramente o irmão.
- 7) Obedecer à autoridade como a um pai.

1. Amar a comunidade

Vivei todos em unanimidade e concórdia; e honrai uns nos outros a Deus, de quem fostes feitos templos (I, 8).

Os especialistas indicam que o primeiro capítulo da *Regra* contém o princípio fundamental da visão agostiniana a respeito da vida fraterna, ao passo que os demais capítulos seriam o desenvolvimento e a aplicação desse princípio. Com efeito, Santo Agostinho recorreu ao mesmo estilo da Sagrada Escritura com relação aos mandamentos: “Toda a lei resume-se em amar a Deus e ao próximo como a si mesmo” (cf. Mt 22, 34-40). A primeira comunidade de Jerusalém não só apregoava, mas vivia, o ideal de ser ‘uma só alma e um só coração dirigidos a Deus’. Nela se constata que é possível louvar a Deus por meio dos demais, e que somente têm um só coração e uma só alma aqueles irmãos que alcançaram a simplicidade do coração por meio da separação das coisas temporais e se consagraram inteiramente a Deus. É um amor oblato¹⁷.

Quem, porém, diz amar a Deus e odeia a comunidade é um mentiroso, já que não se pode desprezar o irmão que se vê a todo instante, ufanando-se de louvar a Deus que não se vê da mesma maneira. Por isso, a unidade exterior não basta se interiormente houver alguma divisão; é mister uma autêntica coerência e unidade, na total dedicação ao serviço de Deus. Essa tensão em direção à unidade interior é a que imprime num homem a qualidade de ser ‘irmão’ e, portanto, Santo Agostinho aplica esse conceito ao ideal da vida religiosa comunitária¹⁸. Assim, os demais devem ser amados de modo a que não haja problemas com relação à diversidade; apresentando-se, porém, as adversidades, que elas possam vir a superar-se sem atentar contra a vida comum, para que não se rompa o vínculo de amor, isto é, de amor divino.

¹⁷ “Vinde e vede como é bom, como é suave, os irmãos viverem juntos bem unidos”. Salmo 132, em que Santo Agostinho projetou todo o seu pensamento com respeito à vida em comunidade.

¹⁸ Cf. A. Trapè, *Sant’Agostino, la Regola*, Ed. Città Nuova, 3 ed., Roma 1996, 47.

Para progredir no amor à comunidade, requer-se a virtude da humildade, que Santo Agostinho considerou como fundamento das demais virtudes. De fato, o amor leva a que se deixe de pensar tanto em si mesmo e a entregar-se totalmente ao outro.

Deve-se levar em conta que só existe uma razão pela qual os irmãos se unem: “porque caminham para Deus”. Nesse sentido, descobre-se uma perspectiva escatológica, uma vez que amar a comunidade é caminhar com ela em direção ao Senhor. Se o agostiniano recoleto não se descobre em caminho para Deus, não tem sentido algum estar junto aos irmãos, pois não existiria comunhão interpessoal e recíproca da vida interior, em que se pudesse partilhar ideias e expectativas, a esperança e a fé.

2. Orar com os lábios e com o coração

«Quando orais a Deus com salmos e hinos, esteja-vos no coração o que se profere com a voz» (II, 3).

O segundo capítulo é o mais breve da *Regra*, mas, como diria A. Trapè, está repleto de grande riqueza¹⁹. O Santo de Hipona refere-se a cinco temas essenciais: a necessidade da oração, a interioridade da oração, a oração em comum, a oração privada e o canto eclesiástico. A interioridade da oração no pensamento agostiniano está intimamente unida ao desejo. ‘O desejo ora’ e a oração é o próprio desejo que, quando contínuo, prolonga a oração²⁰. Com tal convicção, os irmãos oram e compreendem que a oração vocal não é um ato superficial, mas um sinal que torna a comunidade mais consciente do desejo de Deus, porque se escuta a si mesma.

Embora Santo Agostinho seja claro na organização dos momentos para orar e no respeito que se deve ao lugar da oração, a norma fundamental é a de viver no coração o que se profere com os lábios. Trata-se de alcançar uma harmonia entre lábios e coração, interior e exterior, ideal e vida. Quando realmente se crê, se espera e se ama, nasce um desejo profundo que move o coração a orar. Daí que já não pode a oração ficar reduzida a palavras, porque o desejo de orar permanece desperto por mais que a língua silencie, pois “a oração nunca dorme, a não ser quando o desejo se esfria”²¹.

Quando as palavras que se proferem são meditadas no coração, o efeito é maior, já que se os sentimentos dos hinos e dos salmos são como que apropriados, louvando-se e bendizendo-se a Deus de um modo total. Os salmos são, pois, uma escola de alta espiritualidade contemplativa. Neles aparece o grito do necessitado

¹⁹ Cf. A. Trapè, *Sant’Agostino...* 160.

²⁰ Cf. *en. Ps.* 37,14.

²¹ *s.* 80,7.

que implora proteção frente aos perigos, defesa ante os inimigos e sustento na dor. E mais, os irmãos reconhecem a uma só voz a majestade de Deus, louvam a Sua providência, agradecem tantos benefícios e, sobretudo, desejam viver em Sua casa, experimentar a eternidade. Para Santo Agostinho, irmão algum deveria recitar os salmos sem experimentar ditos sentimentos.

3. Dar a cada um o necessário

«Estimem-se mais felizes os que se encontrarem mais fortes para viver a sobriedade: pois melhor é necessitar de pouco, que ter muito» (III, 5).

Para Santo Agostinho, o conceito de comunidade não equivale a uniformidade, pois se pode colocar em risco a atenção particular que alguns irmãos merecem, especialmente os mais débeis e doentes. É interessante constatar como a regra agostiniana, sendo do século IV-V, presta tanta atenção nas diferenças pessoais de cada religioso, destacando suas necessidades e qualidades, seu caráter e sua constituição pessoal irrepitível²².

Santo Agostinho recomenda certamente o jejum²³, mas reconhece que alguns não podem praticá-lo por sua condição de saúde. De fato, a própria enfermidade é já uma penitência. Não é questão de privilégios especiais, mas de respeito pela diferença de índole pessoal, no fato de que alguns são mais fortes e outros mais débeis. É inadmissível, portanto, que essa situação gere invejas ou ciúmes desmedidos, pensando-se que o irmão levaria vantagem por receber melhor trato. Muito pelo contrário, “os que são capazes de mais, têm menos necessidade”²⁴.

Esse mandamento agostiniano guarda relação com nossa espiritualidade “recoleta”, já que nos compromete a viver na sobriedade e na ascese pessoal. Evidenciamos com frequência a tentação de, enquanto alguns fazem grandes esforços, levando uma vida mortificada, outros irmãos viverem mais acomodados. Por isso, quando Santo Agostinho insiste em que *melhor é carecer de pouco do que possuir muito*, manifesta a supremacia da liberdade interior sobre os bens materiais.

Nossa pobreza religiosa não é uma imposição. Todos a abraçamos voluntariamente, renunciando não só aos bens, mas ao desejo de tê-los. Um frade egoísta vive atormentado pelo desejo de ter mais e mais em bens, títulos e reconhecimentos, mas nunca poderá satisfazer a seus desejos mais profundos porque seu amor está dividido. A liberdade interior, que nasce da separação dos

²² Cf. T. van Bavel, *La regola di Agostino d'ippona, introduzione, traduzione e commento*, Augustinus, Palermo 1986, 56.

²³ Siguiendo a van Bavel, se debe notar que en la Regla se encuentran pocos elementos de ascetismo severo, el cual parece un poco extraño a san Agustín. Lo cierto es que en el pensamiento del santo la vida comunitaria es ya una buena expresión de la ascesis.

²⁴ T. van Bavel, *La regola...* 74.

bens materiais torna os irmãos mais felizes quando dispõem do necessário para viver, sendo então mais ricos e verdadeiramente livres.

4. Ser responsável pelo irmão

Pois Deus, que habita em vós, proteger-vos-á também dessa maneira, a partir de vós mesmos (IV, 6).

O pano de fundo do quarto capítulo da *Regra* é a custódia do voto de virgindade ou celibato. Santo Agostinho refere-se também, contudo, de modo implícito, a uma “responsabilidade mútua”, que é o coração da vida cristã²⁵: “Sou eu acaso o guarda de meu irmão?” (Gn 4, 9). É a separação desafiante de Caim que gera o pecado. De tal modo, o religioso não pode centrar-se no cuidado pessoal em detrimento de sua responsabilidade pelo irmão. A expressão *ex vobis* (a partir de vós) significa uma responsabilidade recíproca e plural, ou seja, por parte da comunidade toda²⁶. Santo Agostinho quer dizer que Deus cuida de cada um quando cada um cuida do outro responsavelmente: Ele protege sempre através dos demais.

Uma expressão dessa responsabilidade é a correção fraterna. Por exemplo, no caso da concupiscência dos olhos, que leva à perda da castidade na conduta, a comunidade é meio de ajuda para o irmão necessitado de orientação, discernimento e, principalmente, caridade, para que possa ver o que ele próprio não consegue ver. Isso requer humildade e fortaleza: a primeira, para não ceder à tentação da soberba; e a segunda, para suportar a incomodidade da correção.

A *Regra* agostiniana explica com propriedade os aspectos da correção fraterna (cf. IV, 7-9), durante a qual, a necessidade de manifestar a culpa do irmão a outrem não é crueldade, mas um verdadeiro ato de amor, já que aquele tem como que uma enfermidade oculta por medo de uma dolorosa intervenção: “Tal como um ferido que se há de submeter à cura, quem quer que o descubra, revele-o” (IV, 8). A crueldade da comunidade seria não manifestar dita doença, de conotação espiritual, porque o silêncio a seu respeito causaria um mal maior.

Santo Agostinho expõe a correção fraterna seguindo os três passos do Evangelho: advertência pessoal, contar com duas ou três testemunhas e, por fim, recorrer à comunidade inteira (cf. Mt 18, 15-17). Não obstante, agrega uma variante ao conferir um papel ao superior da comunidade, que tem a missão de convidar o irmão a um diálogo privado e fraterno para que este se abra à mudança de conduta. O ato de corrigir não é privado, mas tarefa de todos.

²⁵ Cf. M. Agatha, *The rule of saint Augustine: an essay in understanding*, Augustinian Press, Villanova 1992, 162.

²⁶ Cf. T. van Bavel, *La regola...* 83.

A responsabilidade fraternal, todavia, vai muito além de um corretivo, pois, entre os irmãos, é possível também criar laços de amizade. Essa é outra falha que se constata em nossas comunidades, pois muitas vezes existe simples camaradagem ou inclusive cumplicidade, mas não se encontram verdadeiros amigos. Santo Agostinho foi um apaixonado pela amizade e não concebe a vida sem amigos, já que a mesma seria vazia, insípida e lúgubre. A menção de seu amigo de tempos juvenis e de sua inesperada morte traz à memória algumas das páginas mais tristes das *Confissões*²⁷, já que, de fato, ele o amava. Além disso, a doce amizade com Alípio, Nebrídio, Evódio, Severo, Possídio e outros, confirma que sua vida era rodeada de pessoas a quem ele quis e que verdadeiramente lhe quiseram. O suporte de tal amizade era só o amor de Deus: “Ama verdadeiramente o amigo quem, no amigo, ama a Deus”²⁸.

Muitas vezes, tem-se confundido caridade com amizade. A. Trapè, interpretando Santo Agostinho, não compreende a amizade sem a caridade, mas a caridade não se identifica com a amizade. Quando o Santo Bispo pede que, no mosteiro, o irmão seja amado, por mais que não seja simpático e que se suportem seus defeitos, não se trata de amizade, mas de caridade. Daquela caridade que, como diz São Paulo, é paciente, benigna e não tem inveja. Essa caridade não se detém no mal recebido, mas tudo crê, tudo desculpa, tudo espera, tudo suporta (1Cor 13, 4-7). Em outras palavras, a caridade converte-se em amor oblativo de que não se espera recompensa, enquanto a amizade é um amor recíproco e, além disso, confiante, estável e seguro. Fique claro que caridade e amizade não se opõem entre si, mas, antes, complementam-se.

5. Servir os demais procurando sempre o bem comum

Ninguém se ocupe em coisa alguma para proveito seu, mas todos os vossos trabalhos sejam feitos em vista do bem comum, com maior empenho e mais entusiasmo do que terfeis, se cada um de vós fizesse o que é próprio (V, 2).

O serviço recíproco inclui-se no primeiro preceito da comunidade. Seguindo o pensamento de Verheijen, o quinto capítulo da *Regra* é o mais comunitário, no sentido técnico do termo. Menciona-se a vida cotidiana do mosteiro, os diversos serviços de que era preciso ocupar-se, tais como a lavagem das vestes, a distribuição do calçado e o cuidado dos enfermos, entre outros. O âmago desse mandamento é a entrega e a disponibilidade generosa, sem as quais não é possível sequer pensar em vida comum.

O amor do bem comum ou *bem social*, como o chama A. Trapè²⁹, responde a um progressivo esvaziamento do egoísmo para crescer na caridade. A distinção

²⁷ Cf. *conf.* IV, 4, 7.

²⁸ s. 336, 2.

²⁹ Cf. A. Trapè, *Sant'Agostino...* 86.

entre amor privado e amor social é fundamental na doutrina agostiniana, porque aí está a base das duas cidades que em que se divide o gênero humano³⁰. O amor a si mesmo até ao desprezo de Deus origina a cidade terrena; e o amor a Deus até ao desprezo de si mesmo origina a cidade celeste, a Cidade de Deus. O mesmo ocorre na vida comunitária.

O *amor privado* faz referência ao amor pelas coisas próprias, ou seja, por tudo aquilo que se possui ou se deseja em oposição aos demais ou com exclusão deles; por exemplo, as riquezas, a glória humana e o poder. O amor privado nasce da cobiça, do egoísmo, da soberba e conduz ao pecado, que é essencialmente uma renúncia ou privação do bem total para aderir-se ao bem parcial ou próprio.

Falando acerca do pecado dos anjos, Santo Agostinho diz que eles, na vontade de separar-se de um bem superior comum a todos, preferiram um bem inferior para cada um, ou seja, privado. “Tendo em si a altivez da exaltação em vez da mui excelsa eternidade; a astúcia da vaidade em vez da mui certa verdade e os cuidados do que é parcial em vez da caridade indivisível, tornaram-se soberbos, mentirosos e invejosos”³¹.

A *Regra* exorta o religioso a lutar contra o amor privado, causa de muitos males, antepondo sempre as coisas comuns às próprias. É sugestivo que Santo Agostinho indique, como medida do progresso espiritual, o amor às coisas comuns, donde nasce o amor à concórdia fraterna. “Os irmãos, se quiserem viver em concórdia, não amem a terra, mas se quiserem não amar a terra, não sejam terra. Procurem a posse do que não se pode dividir e viverão sempre em concórdia”³². A concórdia dos irmãos entre si não se origina na busca dos mesmos interesses, nem em que tenham sentimentos afins, mas em que é a mesma caridade com que se ama a Deus, que permite a cada um sair de si mesmo, deixando sua preocupação pessoal para atender às necessidades do outro. “Não habitam em unidade a não ser aqueles em quem a caridade de Cristo é perfeita; pois, aqueles em quem a caridade de Cristo não é perfeita, mesmo que estejam juntos, são odiosos, são molestos, são turbulentos”³³.

³⁰ Cf. *ciu.* XIV, 28.

³¹ *ciu.* XII, 1, 2.

³² *s.* 359, 1-2.

³³ *en. Ps.* 132, 12.

6. Perdoar sinceramente o irmão

Quem nunca deseja pedir perdão, ou não o pede sinceramente, está no mosteiro sem motivo (VI, 2).

A comunidade exercita a caridade perdando as ofensas, como bem expõe o capítulo sexto da *Regra*. Ali também, são propostos dois preceitos que nos interpelam permanentemente: evitar as disputas e as palavras mordazes. A murmuração foi o vício mais combatido por Santo Agostinho no mosteiro. A ponto de chamar-nos a atenção que, em seu refeitório, se exibisse a advertência: “Quem gosta de roer, com os ditos, a vida dos ausentes, saiba que esta mesa é indigna de ser sua”³⁴.

O Santo de Hipona compreendeu muito bem, contudo, a fragilidade humana e a facilidade com que se pode atentar contra a caridade. Daí a necessidade do perdão. O que Santo Agostinho nunca tolera é que os irmãos não reconheçam os seus próprios erros e que a ira se transforme em ódio, sentimento tão forte, que se identifica com a própria morte. Ao se odiar, pode-se matar, e não só a outrem, mas a si mesmo. É um ato contrário ao amor, à vida. Por isso, com razão se diz que quem odeia seu irmão é um homicida (cf. 1Jo 3, 15). Por outro lado, pedir perdão ao ofendido e perdoar a quem ofendeu são condições essenciais para que a oração do servo de Deus seja escutada; e assim, quem nunca pede perdão, ou não o pede com o coração, está no mosteiro à toa.

Nas entrelinhas, lê-se o tema da falsidade, a que Santo Agostinho dedicará outra parte de seus ensinamentos, já que, na comunidade, pode dar-se um ambiente de autêntica caridade ou de real hipocrisia. Quando o Santo confessa: “Quão dificilmente encontrei pessoas melhores do que as que se santificaram nos mosteiros, e também piores do que as que neles caíram”³⁵, alerta que louvar a vida religiosa como se todos fossem bons é uma verdadeira cilada, mas culpá-la como se todos fossem maus é uma clara injustiça. Há monges falsos, diz Santo Agostinho, mas a fraternidade dos mosteiros não se acaba por culpa daqueles que professam ser o que realmente não são. O remédio contra esse perigo é só um: a caridade, que é forte e paciente, desculpa e crê.

Por fim, a comunidade há de intervir também com a oração fervorosa para obter de Deus que o irmão culpável peça perdão e que o ofendido saiba perdoar com prontidão³⁶. A comunidade, orando, tem a missão de restabelecer a unidade do amor ali onde um gesto, uma palavra ou uma ação levaram à divisão ou à ofensa.

³⁴ *Vita* 2.

³⁵ *ep.* 78, 9.

³⁶ Cf. A. Trappè, *Sant'Agostino...* 114.

7. Obedecer à autoridade como a um pai

Obedecei ao prepósito como a um pai, reverentemente, para não ofender a Deus nele (VII, 1).

Santo Agostinho surpreende novamente na *Regra* ao oferecer essa visão de uma autoridade a que se obedece porque é amada, pois o amor é a raiz da própria obediência. Nos monges do deserto, a autoridade centrava-se em torno a um pai ou guia espiritual, mas, no pensamento agostiniano, ela consiste na multiplicidade de serviços que uma pessoa pode oferecer aos irmãos³⁷. As comunidades monásticas como a de Hipona compunham-se de amigos e parentes, logo é óbvio que a pessoa responsável pela comunidade já não pudesse ser chamada de *abbas*, como até então, mas fosse um *praepositus*, isto é, um *irmão prior*, melhor dizendo, um primeiro entre iguais, que continua membro da comunidade e não tem diferença essencial com relação aos demais.

Na Escritura, aparecem algumas responsabilidades concretas como “cuidar do ideal comunitário, ser exemplo de fidelidade” (Tt 2, 7), “servir aos demais no amor, animar, suportar, ser paciente” (1Ts 5, 4); mas tais coisas não são ofício exclusivo do superior da comunidade. Dá impressão que Santo Agostinho recorre a um fundamento teológico para dizer que essa autoridade se depreende da Pessoa de Cristo. Ele é o único Mestre, que nos leva ao conhecimento da verdade, em que nos ajudamos mutuamente, mas, em definitiva, “cada um deve chegar pessoalmente a conhecer e a compreender”³⁸.

Em todo caso, o *preposito* da comunidade agostiniana tem três dimensões: é pai, servo e modelo. A comunidade é uma família em que cada um de seus membros age como filho; e, quando um filho obedece a seu pai, deve fazê-lo por um ato de amor e não por temor. Nesse sentido, a obediência não é uma carga pesada e absurda, mas, enquanto se obedece, experimenta-se alegria, espontaneidade, paz interior e, principalmente, liberdade. Quando há disponibilidade total à obra de Deus, obedecer já não é uma obrigação, mas uma resposta amorosa que começa a descobrir o desígnio divino por meio do irmão que vive a nosso lado. Daí em diante, não se vive mais como escravos sob a lei, mas como seres livres, dirigidos pela graça.

³⁷ Cf. T. van Bavel, *La regola...* 112.

³⁸ T. van Bavel, *La regola...* 114.

IV. A BELEZA ESPIRITUAL

1. Santo Agostinho, enamorado da beleza espiritual

O último capítulo da *Regra* oferece-nos a razão que permite viver os sete mandamentos agostinianos. Quando a comunidade está enamorada da Beleza espiritual, compreende que, por esse mesmo amor, as cargas pesadas tornam-se ligeiras e as coisas difíceis, fáceis. Por isso, Santo Agostinho expressa, em diversos momentos, que o realmente importante é conhecer o que se ama e saber que, quando algo se faz por amor, não se sente o peso de amá-lo³⁹. O amor, porém, traz em si uma força dinâmica que não pode ficar ociosa, mas tem de exercitar-se. Que motivos teria o Santo Bispo para pedir a Deus, por meio da *Regra*, que os irmãos pudessem observá-la com amor?

A beleza foi um dos temas que mais inquietaram Santo Agostinho, desde quando ele contava apenas vinte e cinco anos. A seus amigos dizia: “E o que é o belo, o que é a beleza? O que é que nos atrai e nos liga aos objetos que amamos? Se não tivessem harmonia e encanto, não seríamos atraídos”⁴⁰. Depois de ter descoberto o sentido autêntico da sabedoria, isto é, a natureza de Deus, sua paixão pela beleza converteu-se em amor divino. Desde então, Deus era para ele não só a Verdade, a Eternidade e o Amor, mas também a Beleza, “a Beleza das belezas”⁴¹, princípio pelo qual todas as coisas são belas.

Isso explica, em parte, o lamento que lhe causou lágrimas e que ele deixaria amplamente descrito: “Tarde te amei, ó beleza tão antiga e tão nova! Tarde demais eu te amei”⁴². Nesse instante, reavivou-se o seu desejo de contemplar Deus por meio da beleza das coisas, e ele começou a ficar não apenas apaixonado, mas, na verdade, enamorado de tudo que fosse expressão da Beleza divina; não unicamente das coisas corpóreas e materiais, como o universo que nos circunda, mas principalmente daquelas realidades espirituais, pois a beleza espiritual é a beleza da sabedoria, a Beleza de Deus⁴³. O desejo incansável de possuir e de descobrir dita Beleza fez que seus escritos e sua própria vida fossem a melhor maneira de transmitir aos irmãos o alcance que teria esse enamorar-se da Beleza espiritual, enamorar-se do próprio Deus.

³⁹ Cf. *b. vid.* XXI, 26.

⁴⁰ *conf.* IV, 13, 20.

⁴¹ *conf.* III, 6, 10.

⁴² *conf.* X, 27, 38.

⁴³ Cf. A. Trappè, *La regola...* 55.

2. A beleza da caridade

A. Trapè concebe o amor e a caridade como se fossem sinônimos, entendendo que a caridade, quando verdadeira, possui todos os recursos do próprio amor e as riquezas dos dons de Deus. Nesse sentido, a caridade é um amor maior, mais profundo e invencível do que qualquer outro amor, porque é obra do Espírito Santo, que a difunde nos corações; por isso, a caridade é bela. Quando São Paulo aprofunda o tema da caridade, recorre a quatro características essenciais: largura, comprimento, altura e profundidade (cf. Ef 3, 18).

Santo Agostinho descobre precisamente aqui a razão pela qual se observa a *Regra*; isto é, porque há uma caridade que procede do Espírito de Deus, que, em última análise, é o próprio Amor. Tomando as quatro dimensões citadas pelo Apóstolo, pode-se constatar que, na comunidade, também existe ‘largura’ quando esta exercita a caridade em todas as obras boas e sua benevolência se estende até ao amor dos inimigos; existe ‘comprimento’, porque no exercício da caridade, sofrem-se e suportam-se as moléstias dos demais; existe ‘altura’, porque a comunidade não espera um prêmio temporal pelas obras, mas aquele prêmio eterno; e ‘profundidade’, porque a comunidade é um dom da graça, que é misterioso e a sustenta na divina vontade⁴⁴.

CONCLUSÃO

Chegados a este ponto, estamos em condições de compreender como a caridade é a virtude por excelência, que deve reger toda experiência de consagração a Deus. A caridade é a única razão que sustenta os sete mandamentos, a fim de que os irmãos assumam um encontro livre, espontâneo e radical, mediante o carisma herdado de Santo Agostinho. Não se trata de uma receita que se deva seguir em ordem, mas cada um desses preceitos se guarda na realidade cotidiana, ante a necessidade de ver a imagem de Deus no outro, naquele que precisa de mim, que me complementa e transforma.

É evidente que a particularidade de Santo Agostinho encontra-se no desejo de propor a caridade como fundamento de qualquer observância comum. Ela está acima da liturgia, do trabalho manual, inclusive da obediência e de qualquer disciplina própria do mosteiro: “a caridade é a própria santidade”⁴⁵. Essa caridade, porém, é verdadeira quando emana da Pessoa de Jesus Cristo, de quem o mesmo Apóstolo recorda que “morreu por todos, para que aqueles que vivem, já não

⁴⁴ Cf. s. 53, 15.

⁴⁵ M. Ancilla, *La regle de saint Augustin*, Cerf, Paris 1996, 68.

vivam para si mesmos, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2Cor 5, 15). Essa observação move Santo Agostinho a apresentar a supremacia do amor cristão em contraposição ao egoísmo orgulhoso⁴⁶. Por isso, assim como qualquer cristão, irmão algum deve viver para si mesmo, mas para Cristo, que fez a vontade do Pai permanecendo em Seu amor.

Ainda que o agostiniano recoleto não possa compreender toda a Sagrada Escritura e descobrir seus mais íntimos segredos, se tiver a caridade, tudo possuirá. Se tentar, porém viver sem ela, sendo rico, será pobre; enquanto aquele que a pretender, sendo pobre, alcançará a riqueza: (A caridade) “Nas adversidades, é tolerante e na prosperidade, temperante; nos duros sofrimentos, é forte e nas obras boas, é bem-disposta; na tentação, é seguríssima e na hospitalidade, generosíssima; entre os verdadeiros irmãos, muito alegre e entre os falsos, pacientíssima”⁴⁷.

Poderíamos empreender os melhores processos de revitalização, mas, se não tivermos o convencimento de ser comunidade, investiremos esforços em vão, presumindo de seguir a *Regra* de Santo Agostinho sem percebermos que esta terá passado a ser um livro a mais em nossas bibliotecas. Se quisermos comprometer-nos de verdade, a vivência da caridade será uma fonte perene de renovação, alegria e esperança.

Frei Héctor Manuel Calderón Muñoz
Bogotá

⁴⁶ Cf. L. Verheijen, *La regola di s. Agostino verso un ideale di bellezza e di libertà*, Augustinus, Palermo 1993, 203.

⁴⁷ s. 350.

